

## Educação Inclusiva e Formação de Professores: o Mestrado Profissional

### **Klaus Schlünzen Junior**

*Livre-docente em Informática e Educação. Coordenador do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). Docente de Graduação e Pós-Graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente-SP.*

*E-mail: [klaus.junior@unesp.br](mailto:klaus.junior@unesp.br)*

### **Anna Augusta Sampaio de Oliveira**

*Livre-docente em Educação Especial. Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). Docente de Graduação e Pós-Graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, câmpus de Marília-SP.*

*Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS/Unesp/CNPq)*

*E-mail: [anna.augusta@unesp.br](mailto:anna.augusta@unesp.br)*

### **Elisa Tomoe Moriya Schlünzen**

*Livre-docente em Formação de Professores para uma Escola Digital e Inclusiva. Docente de Pós-Graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente-SP e na Universidade do Oeste Paulista (Unoeste).*

*E-mail: [elisa.tomoe@unesp.br](mailto:elisa.tomoe@unesp.br)*

## RESUMO

O Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) consolida-se em uma demanda elevada de aprimoramento profissional dos professores e gestores em todo o território nacional, no que se refere à formação continuada em consonância com as políticas públicas de inclusão escolar e uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O objetivo do programa é desenvolver processo formativo profissional que permita buscar meios para construir uma cultura para uma sociedade inclusiva, no sentido de que a escola realize metodologias inovadoras na perspectiva da Educação Inclusiva, atendendo a diversidade de todos os estudantes, entre eles o público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação), população indígena, quilombola, do campo, diferentes gêneros e diversidade sexual, entre outros, possam aprimorar seu potencial, suas competências e habilidades dentro do ambiente escolar e em seu próprio cotidiano, tanto no contexto social, familiar e profissional. Este artigo tem a finalidade de descrever o PROFEI, indicando sua estrutura de funcionamento, sua proposta pedagógica, seus recursos a serem empregados, a composição e organização

da sua rede de Instituições de Ensino Superior participantes e suas perspectivas de formação.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Público-alvo da Educação Especial. Pós-Graduação.

## **Inclusive Education and Teacher Training: the Professional Master's**

### **ABSTRACT**

The Professional Master's Degree in Inclusive Education on the National Network (PROFEI) is consolidated in a high demand for professional improvement of teachers and managers across the national territory, with regard to continuing education in line with public policies for school inclusion and use Digital Information and Communication Technologies (TDIC). The objective of the program is to develop a professional training process that allows the search for ways to build a culture for an inclusive society, in the sense that the school uses innovative methodologies in the perspective of Inclusive Education, serving the diversity of all students, including the public-target of Special Education (people with disabilities, global developmental disorders, high skills/giftedness), indigenous, quilombola, rural, different genders and sexual diversity, among others, can improve their potential, their skills and abilities within the school environment and in your own daily life, both in the social, family and professional context. This article aims to describe the PROFEI, indicating its operating structure, its pedagogical proposal, its resources to be used, the composition and organization of its network of participating Higher Education Institutions and its training perspectives.

**Keywords:** Inclusive Education. Target audience of special education. Postgraduate studies.

### **Introdução**

A formação de professores caracteriza-se como um tema permanente na literatura educacional brasileira, uma vez que não são nem pequenos e nem poucos os desafios a serem enfrentados no cotidiano das escolas e das salas de aula, especialmente na perspectiva contemporânea de uma educação inclusiva, aberta à diversidade e que deve acolher, respeitar e responder as múltiplas diferenças presentes no contexto escolar e, entre essas diferenças, as relacionadas ao público-alvo da educação especial (PAEE)<sup>1</sup>.

Os princípios e as diretrizes de uma educação inclusiva trazem implicações importantes ao exercício docente e exigem que novas formas de ensinar e de organizar o contexto educacional possam e devam ser incorporadas pelas práticas educativas. Entretanto, isso não se dá de forma natural ou espontânea, pois há a necessidade de que os profissionais da educação e, em especial, o professor, possam incorporar uma nova organização de escola, de ensino e aprendizagem, a partir de práticas escolares coletivamente compartilhadas, nas quais a gestão escolar possibilita e consolida estruturas organizacionais e operacionais favorecedoras ao trabalho docente, traduzidas no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e que considerem um Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) (ROQUEJANI; CAPELLINI; FONSECA, 2018; McGHIE-RICHMOND; SUNG, 2013; PLETSCHE; SOUZA; ORLEANS, 2017; NUNES; MADUREIRA, 2015; ALVES; RIBEIRO; SIMÕES, 2013), por meio de flexibilização curricular e inovações metodológicas, entre as quais as tecnológicas que ampliam as possibilidades dos estudantes e, em especial, do PAEE que ao ter à sua disposição equipamentos e/ou dispositivos de Tecnologia Assistiva (TA) (BRASIL, 2009; DAMASCENO; GALVÃO FILHO, 2002; GALVÃO FILHO, 2012; BERSCH, 2017, 2013) poderá executar as solicitações pedagógicas e as tarefas escolares com êxito, desde que respeitadas suas condições particulares de aprender e se desenvolver.

A ideia de DUA vem ao encontro da perspectiva da inclusão escolar ao propor uma filosofia pedagógica aberta à diversidade e à ideia de construção de ambientes de aprendizagem dinâmicos, que considerem a variabilidade humana e as possibilidades de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, informacional, etc., e, além disso, preveja a diferenciação curricular e o uso de TA como ampliação do potencial de aprendizagem e desenvolvimento daqueles que são considerados como PAEE que nada mais necessitam do que a garantia de acesso ao currículo.

Entretanto, atuar pedagogicamente nessa direção não é algo fácil, seja pela organização e exigências dos sistemas educacionais, seja pela necessidade de formação docente na direção de uma prática pedagógica aberta e acessível a todos os alunos, independentemente de suas condições

biopsicossociais. Por outro lado, nem sempre os cursos de formação inicial à docência conseguem incorporar em suas práticas a discussão teórico-metodológica provenientes de novos fundamentos educacionais, assim sendo, a formação continuada, como característica de formação permanente e contínua, se coloca como uma possibilidade efetiva de incorporação desses novos ideários e de aproximação com a prática escolar concreta.

Nesse contexto de formação continuada podemos localizar o Programa Nacional de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), cujo objetivo é a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício nas redes públicas de educação básica e atuar para a melhoria da qualidade do ensino, por meio da valorização das experiências docentes presentes no cotiando das escolas e, ao mesmo tempo, propiciar o desenvolvimento de materiais e estratégias didáticas inovadoras e capazes de impulsionarem melhor aprendizagem para os alunos.

Em consonância com a Política Nacional de Formação de Professores, no âmbito do Programa do Mestrado Profissional, destaca-se o Programa de Formação de Professores em Educação Inclusiva em rede nacional (PROFEI), uma proposta aprovada pela CAPES e que envolverá a participação inicialmente de sete instituições associadas, sob a coordenação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e com o apoio da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e da Universidade Aberta do Brasil e de Portugal (UAB), cujo objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento da qualidade da Educação Básica do país, por meio da formação de professores e gestores da educação pública brasileira, respondendo às intensas demandas da atual política educacional e da proposta de Educação Inclusiva, cujo princípio fundamental se baseia no reconhecimento e valorização da diversidade como característica inerente à constituição de uma sociedade democrática e a garantia do direito de todos à educação, ao acesso equitativo, permanência, aprendizagem e escolarização integral dos estudantes brasileiros, independentemente de raça, cor, gênero, religião, faixa etária ou de especificidades biopsicossociais, como no caso daqueles que são identificados como PAEE.

Torna-se, portanto, urgente formar os professores e gestores das escolas brasileiras para melhorarem no exercício de suas funções na direção inclusiva, lacuna ainda observável na condução do processo educativo nos sistemas educacionais em âmbito nacional, o que confere ao PROFEI uma missão formativa da maior importância, principalmente por objetivar a realização de atividades em rede a fim de atingir uma configuração nacional. Outro ponto importante refere-se à criação de uma rede de reflexão e compartilhamento com professores de diferentes regiões e realidades brasileiras (e até internacionais) para a busca de respostas e encaminhamentos aos problemas observados no cotidiano das escolas e no exercício da função docente.

Assim, na sequência passaremos a descrever e a discorrer sobre o papel do Mestrado Profissional, as características do PROFEI e as proposições e ações empreendidas para sua efetivação, bem como, as perspectivas futuras em relação às possíveis contribuições para a formação de professores.

### **Educação Inclusiva e Mestrado Profissional**

Educação Inclusiva e mestrado profissional, dois temas ainda em processo de consolidação em nosso país. A ideia de educação inclusiva surge na legislação nacional em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), embora a obrigatoriedade da matrícula de todos na escola mais próxima de sua residência, inclusive daqueles atualmente considerados PAEE, comparece em 2001, por meio da publicação das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, consolidada na Resolução CNE/CBE nº01/2001 (BRASIL, 2001), a qual define ações em direção à uma educação inclusiva em âmbito político, técnico-científico, pedagógico e administrativo (OLIVEIRA, 2006) e assume o princípio de uma educação para todos, estabelecido em declarações internacionais (UNESCO, 1990; 1994). Desde então, o Brasil vem se movimentando na radicalização das ideias inclusivistas e em direção à constituição de uma escola que prime pela diversidade (MENDES, 2006; BRASIL, 2008, 2010; MIRANDA et. al., 2012; DENARI, 2014; MONTEIRO; FREITAS; CAMARGO, 2014; MENDES;

ALMEIDA, 2016; MALHEIRO; MENDES, 2017; KASSAR; REBELO; OLIVEIRA, 2019)<sup>2</sup>.

O mestrado profissional (MP) como uma proposta de formação continuada de professores passa a ser regulamentado na legislação nacional por meio da Portaria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nº 80/1998 (BRASIL, 1998), com o foco na formação profissional e na pesquisa no campo de atuação, embora o primeiro curso tenha sido aprovado apenas em 2009 (ANDRÉ, PRINCEPE, 2017). Ribeiro (2005), no decorrer do processo de constituição dos MP's e num Seminário sobre o papel da Pós-graduação, argumenta e busca responder as críticas relacionadas a essa proposta da Capes, apontando a importância de uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* que possa responder a uma demanda de desenvolvimento social e contribuir com “aqueles que de fato agem no mundo da prática, os meios mais novos e aptos a lutar contra miséria e a iniquidade” (RIBEIRO, 2005, p.11), sem que se crie uma dualidade entre a pesquisa “de ponta” e a “aplicada”.

Trata-se de assunto polêmico e cuja discussão ainda se estende para os dias atuais, com focos de resistência à essa modalidade de formação *stricto sensu*. André e Princepe (2017) apontam que “no contexto brasileiro, os mestrados profissionais em educação têm uma trajetória bastante curta e sua implantação vem sendo marcada por muita controvérsia, muitos impasses, resistências e desconfianças” (ANDRÉ; PRINCEPE, 2017, p.104) e retomam alguns argumentos e temores em relação à constituição dos MP's em educação, expressos por Severino (2006) e encampado pela própria Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), que consideravam o risco de perder as conquistas relacionadas à formação “sistemática de pesquisadores [e] a geração de novos conhecimentos em atendimento às demandas da ciência e da cultura no Brasil” (ANDRÉ; PRINCEPE, 2017, p. 104), perdendo a qualidade da pesquisa educacional brasileira.

Entretanto, as críticas foram cedendo espaço à compreensão do papel dos MP's e, conforme foram se expandindo, pode-se observar o reconhecimento de sua proposição formativa e seu foco na qualificação profissional dos

professores e gestores da Educação Básica. Vários autores (AMBROSETTI; CALIL, 2016; BRANDÃO; DECCAHE-MAIA; BOMFIM, 2013; CAMPOS; GUÉRIOS, 2017; NOGUEIRA; NERES; BRITO, 2016; SILVA, 2017; ANDRÉ; PRINCEPE, 2017) apontam em seus estudos e análises a importância inquestionável do MP na produção de conhecimento e pesquisa em campo e na oportunidade de que profissionais da educação possam refletir sobre o fazer pedagógico orientados pela teoria educacional. Esses autores enfatizam o significado, para os professores, da oportunidade de realizar, por meio da pesquisa educacional, análise de seus cotidianos de trabalho e, apesar de dificuldades operacionais para a realização do MP, relatos apontam que

[...] esse sentimento de pertencimento a um processo formativo muito especial contribui para que os egressos se organizem em suas instituições de ensino, nas suas redes, para frequentarem as aulas e demais eventos que demandam da pós-graduação. Inclusive chegando a atitudes mais drásticas de abandonarem um cargo, em função da permanência no mestrado (NOGUEIRA; NERES; BRITO, 2016, p. 74).

Não podemos desconsiderar esse papel fundamental exercido pelo MP, de aproximação entre Universidade e os sistemas de ensino e, mais precisamente, com a escola e a sala de aula, propiciando aos professores o pensar sobre o seu fazer, a análise de suas condições de ensino, a elaboração de possibilidades de enfrentamento das dificuldades pedagógicas e mesmo o reconhecimento das fragilidades impostas pela própria organização dos sistemas educacionais, aliviando culpas que não são individuais, mas coletivas e sistêmicas.

Ambrosetti e Calil (2016) realizaram uma pesquisa com a utilização de um questionário a egressos de um MP e puderam observar, em suas narrativas, o quanto significou para eles a realização do curso e apontam que se constituiu, para os professores, como um

[...] momento privilegiado num processo contínuo de desenvolvimento profissional, contribuindo para um olhar mais informado sobre a realidade, o aluno, o contexto de trabalho e a própria profissão docente, que se traduz em práticas mais fundamentadas e reflexivas (AMBROSETTI; CALIL, 2016, p. 101).

Os dados desses e dos outros autores citados anteriormente, permitem afirmar o quanto a realização do MP pode, como pensado por Ribeiro (2005), contribuir para a ressignificação do espaço escolar e para transformações importantes no contexto social e se caracterizar como um instrumento de luta contra as injustiças sociais, uma vez que possibilita e democratiza o acesso ao conhecimento científico e aos instrumentos metodológicos que permitem uma análise científica do cotidiano escolar. Entretanto, Nogueira, Neres e Brito (2016), também por meio de análise das narrativas dos professores, apontam a transformação da prática profissional, a importância da pesquisa a partir da concretude das relações escolares, mas, da mesma forma, apontam que ainda não se pode observar o impacto das produções por meio da aplicação dos projetos de intervenção e isso revela a necessidade da criação de políticas nessa direção, que abram espaço para que o conhecimento adquirido nos cursos de MP possam, realmente, fazer diferença no cotidiano das escolas e na aprendizagem das crianças e jovens brasileiros.

Em nosso entender, essas pesquisas e análises sobre os MP demonstram que há, ainda, muito espaço para o crescimento dessa modalidade formativa no Brasil, que por sua dimensão geográfica, dificulta o acesso de muitos a programas dessa natureza e, nesse sentido, consideramos o significado que poderá ter a constituição de um MP em rede nacional, com o objetivo de se discutir a constituição de espaços inclusivos, que realmente possibilitem o exercício da docência na perspectiva da diversidade. Assim sendo, passamos a descrever as características do PROFEI.

### **Caracterização do PROFEI**

A oferta do curso de Educação Inclusiva por meio do MP se justifica, principalmente, por ter como demanda um novo paradigma da educação, onde todos têm direito à escola regular, sendo matriculados nas classes comuns. Além disso, é necessário repensar o fazer pedagógico para que esteja em consonância com os princípios de uma escola para todos, na qual a ideia de diversidade fundamenta as ações educativas, portanto, faz-se necessário que



os professores possam refletir sobre novas formas de ensino, por meio da proposição de uma didática inclusiva, que possa atender a multiplicidade da aprendizagem.

Essas necessidades formativas foram identificadas a partir da demanda de professores da Rede Pública – estadual e municipal – de São Paulo e correspondem às descrições relatadas na literatura por meio da realização de pesquisas em todo o âmbito nacional. Os professores sentem as dificuldades e as emergências cotidianas do exercício profissional baseado em um novo paradigma e a urgência de uma atualização teórica-metodológica que melhor lhes instrumentem na atuação pedagógica num ambiente misto, a qual deve ser afinada com as políticas públicas de inclusão escolar e uso de tecnologias educacionais, outro aspecto de maior relevância na organização da prática pedagógica, uma vez que é necessário o desenvolvimento de metodologias inovadoras para que todos os estudantes, sejam quais forem suas características, possam aprimorar seu potencial e habilidades dentro do ambiente escolar e em seu próprio cotidiano, tanto no contexto social, familiar e profissional.

Nesse sentido, pesquisadores, professores e demais setores da sociedade têm se preocupado com ações nas quais se preconize uma escola capaz de lidar com as diferenças de toda ordem, de permitir o diálogo em toda sua dimensão, no pensar em uma escola formativa, emancipadora que cumpra seu papel de constituição humana do povo brasileiro em sua integralidade e em sua essência. Para tanto, é necessário que a própria sociedade, por meio das políticas públicas priorize ações as quais possa fornecer condições para que tais processos se efetivem, considerando que todos devem valorizar a diversidade humana como um patrimônio da humanidade, que em sua essência são diferentes e se encontram nos mais diversos contextos, tendo em vista a dimensão sociocultural e educacional brasileira.

O ensino no Brasil precisa ter como meta uma escola que se torne mais inclusiva e seja capaz de valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas, religiosas, raciais e as formas diferenciadas de aprendizagem de cada estudante, proporcionando um novo conhecimento pedagógico para a atuação dos educadores. Considerando os processos educacionais e especialmente o

uso de tecnologias e mídias digitais nesse processo, justifica-se a necessidade e a possibilidade de proporcionar um ambiente escolar acessível a todos. A ausência de tais ferramentas e recursos pode impedir que pessoas com deficiência tenham condições de participação educacional, proporcionando e favorecendo ainda mais a exclusão social e digital desses indivíduos.

Atendendo às premissas da escola inclusiva, sabe-se que deve haver um ensino de qualidade para todos e não apenas para os alunos PAEE. Dessa maneira, muito se tem investido não apenas em metodologias específicas que lidem com as necessidades especiais desse público, mas nas mais diversas técnicas pedagógicas e digitais, para que o professor saiba e/ou aprenda a trabalhar com qualquer tipo de conceito ou conteúdo de uma forma relevante para a aprendizagem de seus estudantes, garantindo a qualidade do ensino para lidar, respeitar e valorizar a diversidade humana. Chamamos esse processo de acessibilidade para todos, ou seja, tornar acessível a todas as pessoas, com quaisquer diferenças, todo o conteúdo necessário a auxiliar a construção do conhecimento.

Em relação ao movimento pela Educação Inclusiva, observamos que no país, há mais de 15 anos, a legislação brasileira já tem garantido a matrícula compulsória de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino. No entanto, para que o direito garantido em lei se estenda para além da matrícula, garantindo também a permanência deles na escola, é necessário investir em formação de professores. Essa formação deve ser articulada com a necessidade de que a escola crie uma cultura inclusiva e que aprenda a trabalhar de forma articulada a Educação Especial e Educação Inclusiva, uma vez que neste processo os professores especializados podem atuar colaborativamente com a equipe escolar em prol da construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) inclusivo (ABDIAN; OLIVEIRA, 2013).

Em outras palavras, poderíamos dizer que uma escola que, no seu cotidiano, acolhe, respeita e valoriza a diversidade humana em seu sentido mais profundo é caracterizada por um projeto atento às diferenças e às especificidades da Educação Especial.

Entretanto, ainda há muitas dúvidas entre os professores e profissionais da educação sobre como operacionalizar este processo com qualidade. Um dos questionamentos relaciona-se com a aquisição de habilidades e competências e não estar apenas fisicamente no espaço da escola. Nessa perspectiva, a construção de uma escola de fato inclusiva, democrática e plural que ofereça acesso, permanência e qualidade de ensino para todos os alunos ainda está por fazer, pois, uma escola inclusiva não é feita de boas intenções, mas sim de ações concretas.

Os profissionais precisam se envolver em um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde o espaço físico, a dinâmica e manejo de sala de aula, passando por currículo, metodologia e estratégia de ensino, formas e critérios de avaliação. Tendo em vista as dificuldades de implantação dessas mudanças, é fundamental que as reflexões sejam realizadas, num esforço coletivo, por todos os agentes envolvidos com a educação (OLIVEIRA, 2014).

Os profissionais e os demais responsáveis pelas instituições educacionais têm o dever de deflagrar as discussões e implantar medidas já indicadas pela coletividade. Para tanto, é necessário que a equipe escolar cultive no cotidiano da escola práticas fundamentadas na ética, no respeito e na valorização das diferenças, na solidariedade, no compromisso de todos: professores, professores especializados, gestores, profissionais da educação, pais, dirigentes, secretários de educação, técnicos, os próprios estudantes e comunidade. É o que chamamos de Inclusão Escolar com responsabilidade.

Nesse sentido, é preciso que se estructurem cursos em modalidades educativas (virtuais e/ou híbridas) que possibilitem a formação continuada e em serviço dos educadores em uma perspectiva de Educação Inclusiva. Tal formação não deve fornecer respostas prontas, mas apresentar experiências bem sucedidas a partir das quais se é possível ter apontamentos sobre o trabalho didático-pedagógico inclusivo. Além disso, deve-se trabalhar o olhar do educador sobre seu discente, contexto e entorno, os recursos de que dispõe em seu local de trabalho, que lhe garanta o acesso ao conhecimento sobre as suas peculiaridades e que o ajude a compreender as necessidades que ele possa ter, a entender que tipo de apoio é necessário e onde buscá-lo.

Quaisquer que sejam os medos e dificuldades, precisamos superá-los, pois não podemos mais conviver com modelos de escola excludentes.

Diante do exposto, o oferecimento do curso de Mestrado PROFEI visando primordialmente construir uma cultura colaborativa que articule a equipe escolar nessa perspectiva inclusiva, possibilitando que os educadores aprimorem seus conhecimentos técnicos, pedagógicos e científicos para trabalhar com numa abordagem didática capaz de garantir a todos o acesso e a apropriação do conhecimento, dos estudantes em geral, e os considerados como PAEE e isso nos levará a construção de uma escola de qualidade para todos (OLIVEIRA, 2004; 2014).

O programa envolverá a participação de instituições associadas, sob a coordenação da Universidade Estadual Paulista e com o apoio da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que, com sua experiência em gestão de cursos em EaD, possibilitará o intercâmbio entre as diversas instituições parceiras. A sede está na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), Campus de Presidente Prudente.

As instituições participantes da rede como polo são: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Estadual de Maringá (UEM). Além dessas, participarão como colaboradores professores de outras instituições públicas e privadas de ensino, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) e Universidade Aberta de Portugal (UAB-Pt).

O objetivo do PROFEI é de ampliar a atividade em rede a fim de atingir uma configuração nacional visando potencializar sua contribuição em formar professores e gestores para a educação inclusiva, respondendo às intensas demandas da atual política educacional inclusiva e do PAEE, de modo a ampliar as oportunidades de formação em todos os estados brasileiros. Tendo

em vista o fato de que vários dos pesquisadores envolvidos nesta proposta participam de diferentes organizações científicas, isso possibilita traçar estratégias bem sucedidas de ampliação de rede. A meta é de ter pelo menos um polo do PROFEI em cada um dos estados brasileiros, dentro dos próximos cinco anos.

### **A proposta pedagógica**

Este Programa representa mais uma contribuição para o desenvolvimento da qualidade da educação básica, desenvolvendo-se a partir dos seguintes princípios:

- articulação integrada da formação com o exercício profissional por meio de estudos científicos voltados à busca de solução para problemas concretos, à produção técnico-científica na pesquisa aplicada, à geração e aplicação de processos de inovação relacionados à integração de tecnologias ao currículo;
- contextos de formação de professores que permitam superar o problema da fragmentação entre a produção de conhecimento e a prática educativa;
- abordagem de formação construcionista, contextualizada e significativa (SCHLÜNZEN, 2015; SCHLÜNZEN; SANTOS, 2016), por meio da reflexão e articulação entre a teoria e a prática, dos aspectos tecnológicos e educacionais, do uso de novas mídias na realidade de atuação dos profissionais, que se configuram como campos de estudos, investigação e transformação.

Com esta iniciativa, será utilizada a competência já instalada nas instituições associadas e consolidada nos campos do conhecimento envolvidos nessa nova proposta para formar mestres na modalidade profissional em Educação Inclusiva. O curso de Educação Inclusiva possui como objetivo principal oferecer primordialmente formação continuada e em serviço para professores de classe comum do ensino fundamental e do ensino médio, do

Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, também, aos gestores em exercício nos sistemas públicos de ensino, para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento do PAEE, garantindo uma educação inclusiva. Entre os objetivos específicos, estão:

- difundir os princípios e fundamentos da educação inclusiva, o qual garante o direito de educação para todos;
- conhecer e analisar os principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial;
- compreender o Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político pedagógicas da escola inclusiva que se pretende;
- elaborar e desenvolver ações colaborativas na unidade escolar com o apoio do professor especializado, tendo como foco um Projeto Pedagógico inclusivo.

Por meio desses objetivos, pretende-se oferecer oportunidade para que os cursistas aprendam e sejam capazes para lidarem com a diversidade em sala de aula, considerando algumas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes do curso, descritas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Perfil pretendido para os egressos.

<b>Competência</b>	<b>Habilidade</b>
Compreensão da proposta de educação inclusiva.	Refletir sobre a política de educação inclusiva no cenário estadual, nacional e internacional por meio dos tempos e entender as influências e principais mudanças de paradigma que culminaram com a atual proposta de inclusão escolar no Brasil.
Domínio de conteúdos, recursos pedagógicos e novas metodologias que promovam o ensino de qualidade a todos e sua aplicação aos EPAEE	Utilizar os conteúdos, recursos pedagógicos e novas metodologias na classe comum para potencializar o ensino e promover a inclusão escolar dos estudantes da educação especial.
Desenvolvimento de trabalho coletivo e colaborativo na escola envolvendo a equipe escolar e os professores especializados.	Empreender ações na instituição escolar e na sala de aula que garantam educação e ensino para todos. Envolver gestores, professores, professor especializado, funcionários, pais e outros profissionais da educação nas atividades de avaliação e planejamento de ações junto às pessoas

	com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
Compreensão do Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político pedagógicas da escola que se pretende inclusiva	Planejar atividades coletivas de estudo e reflexão sobre o Projeto Pedagógico com vistas à implementação de uma proposta de escola inclusiva prevendo, de forma colaborativa, ações que envolvam a parceria da equipe escolar e professor especializado, reavaliações e replanejamento processuais. Considerar entraves e possíveis ações no interior da escola na perspectiva da construção de uma escola inclusiva.

**Fonte:** Projeto Político Pedagógico do Curso - Elaborado pelos autores.

A princípio serão oferecidas 150 vagas, distribuídas nas instituições associadas contemplando as cinco regiões do país, que realizarão a distribuição das atividades com os seus docentes e pesquisadores colaboradores. A partir de edital para credenciamento de novas IES, conforme critérios estabelecidos previamente, pretende-se ampliar o número de vagas anualmente, bem como adesão de novas instituições. Em média, cada professor terá três orientandos, obedecidas as regras definidas pela Capes.

O curso será ofertado na modalidade híbrida, com a distribuição de vagas de forma proporcional à quantidade de docentes vinculados ao programa de pós-graduação no polo. A estrutura curricular ofertada será composta por disciplinas obrigatórias (oferecidas em todos os polos) e disciplinas optativas, que poderão ser diferentes em cada polo, de acordo com a necessidade de cada região e especialidade dos docentes envolvidos. As disciplinas, de modo geral, serão voltadas para a formação em Educação numa perspectiva inclusiva e mais um rol de várias disciplinas específicas voltadas aos estudantes do eixo da Educação Inclusiva: público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação), população indígena, quilombola, do campo, diferentes gêneros e diversidade sexual, entre outros. Assim, o cursista necessitará cursar três disciplinas obrigatórias para compor 24 créditos (360 horas) e 16 créditos (240 horas) em disciplinas optativas necessárias a fim de computar os 40 créditos (600 horas) no rol de disciplinas oferecidas, uma vez que cada crédito equivale a 15 horas.

Para integralização dos créditos, os mestrandos terão duas opções: (a) elaborar e defender uma dissertação cujo tema ou problema a ser resolvido esteja de acordo com os objetivos do programa; (b) elaborar um Trabalho Final (TF) em que o produto seja um material didático que tenha suportes como vídeo, software, caderno pedagógico, entre outros. O TF deverá vir acompanhado de um relatório de pesquisa. A dissertação/trabalho final comporão 56 créditos (840 horas), totalizando 1440 horas de curso, entre disciplinas obrigatórios e optativas e o relatório final, conforme descrito acima.

O curso propõe uma área de concentração específica, a saber: Educação Inclusiva e três linhas de pesquisa (Quadro 2). Na área de concentração Educação Inclusiva serão abordados os principais desafios da educação contemporânea, a resignificação dos sentidos da educação e os fundamentos, pressupostos, processos formativos e práticas da Educação Especial e Inclusiva e do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação nesse processo, por meio da formação de professores. Para isso, são propostas três linhas de pesquisa que deverão direcionar e orientar o quadro de disciplinas e os projetos de pesquisa dos discentes, que serão viabilizados pelos projetos e grupos de pesquisa coordenados pelos docentes do programa, todos com experiência em Educação. O Quadro 2 apresenta o nome e a descrição das linhas de pesquisa.

**Quadro 2:** Nome e descrição das linhas de pesquisa do PROFEI.

Nome	Descrição
Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	A linha contempla pesquisas e estudos epistemológicos, políticos e históricos referentes à Educação Especial numa nova perspectiva de atuação, qual seja, o vínculo com a constituição de espaços educacionais inclusivos. Busca analisar as implicações epistemológicas e políticas contemporâneas relacionadas às práticas educacionais, com ênfase na gestão de sistemas escolares, nos recursos de suporte pedagógico especializado, na construção, implantação e usabilidade de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como aspectos favorecedores e inovadores para a escolarização dos estudantes, garantindo-lhes o direito de aprendizagem e desenvolvimento nessa área de conhecimento.
Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva	A linha contempla pesquisas e estudos referentes à conceituação sobre Educação e Inovação tecnológica e estrutura para o desenvolvimento de educação mediada por tecnologias e suas interlocuções com a Educação



	Especial e Inclusiva. Busca analisar metodologias ativas de ensino e de aprendizagem baseada em uso de tecnologias digitais, redes sociais como espaços educativos, jogos digitais e a aprendizagem. Aborda ainda estudo e análise de mobilidade na sala de aula, Projetos, inclusão digital e cidadania, bem como conceituação e análise da Tecnologia Assistiva como área de conhecimento e recursos e sua aplicabilidade no contexto educacional inclusivo.
Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva	A linha contempla pesquisas e estudos relacionados diretamente às práticas educacionais e aos processos formativos de educadores (inicial, continuada e em serviço) para atuação pedagógica na diversidade, contemplando os princípios de uma educação inclusiva. Busca analisar os processos de ensino e aprendizagem e as inovações pedagógicas para o atendimento às necessidades educacionais de qualquer ordem: biopsicossocial ou etnocultural. Os estudos se concentram nos aspectos relacionados à organização da escola para garantir a formação de educadores numa perspectiva inclusiva, a partir da análise de práticas, desenvolvimento curricular, adequações de recursos ou métodos pedagógicos e em procedimentos que possibilitem o êxito na escolarização dos estudantes.

**Fonte:** Projeto Político Pedagógico do Curso - Elaborado pelos autores.

Todos os professores do curso possuem titulação mínima de Doutor, produção adequada conforme critérios da CAPES, orientações regulares, vínculo com as universidades parceiras e assumiram compromissos de dedicação semanal ao PROFEI. Dos 48 docentes vinculados ao curso 67% são permanentes e 33% colaboradores. A proposta inicial do PROFEI apresenta 26 disciplinas, sendo três obrigatórias e as restantes optativas, as quais poderão sofrer modificações conforme a necessidade do curso e as características de seus pós-graduandos e, além disso, podem diferir de um polo para outro, para que se atenda a regionalidade e especificidade de cada localidade e estão apresentadas no Quadro 3.

**Quadro 3:** Ementas das disciplinas obrigatórias.

Disciplina	Ementa	CH
Metodologia da Pesquisa Científica	Do senso comum ao conhecimento científico. O raciocínio lógico e a relação da pesquisa científica com a prática pedagógica na construção do conhecimento científico. Formulação adequada da questão a ser respondida e do problema a ser pesquisado. A ética na pesquisa. Elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa. A natureza dos	60

	dados a serem coletados. As formas de acesso aos dados empíricos: observação, entrevista, questionário, diálogo, discussão em grupo, consulta aos documentos etc. O planejamento da coleta de dados e a construção do instrumento de coleta de dados, formas de organização dos dados. Elaboração do Projeto de Pesquisa.	
Inovação e TDIC na educação	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Abordagens de ensino usando TDIC. Mediação pedagógica e uso de tecnologia. Metodologias ativas de ensino usando TDIC.	60
Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva	Estudo dos principais elementos históricos, filosóficos e legais da Educação Especial considerando as transformações do período da exclusão a perspectiva da inclusão social. Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da educação especial (conceito e etiologia). Análise do processo de exclusão escolar. Organização curricular para o atendimento da diversidade humana, com a valorização das diferenças. Práticas pedagógicas inclusivas, avaliação pedagógica e adequações curriculares.	60

**Fonte:** Projeto Político Pedagógico do Curso - Elaborado pelos autores.

As optativas pensadas para essa primeira edição do curso pretendem discutir aspectos mais específicos relacionados às necessidades do PAEE e complementar a base teórica dos cursistas, como: Comunicação Alternativa e Suplementar; Recursos e Estratégias Didáticas; Plano de ensino individualizado e ensino colaborativo; Linguística aplicada- Formação de professores e educação inclusiva; Desenvolvimento e aprendizagem da Libras; Conceitualização e conceito das diferentes áreas que compõem o PAEE (as deficiências, os TGD e as altas habilidades/superdotação); assim como as políticas públicas relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado etc.

### Considerações finais

Mesmo antes de seu início, previsto para outubro de 2020, o PROFEI tem despertado o interesse não só da CAPES, que viabilizou o seu enquadramento como um programa do PROEB, como também de outras IES ainda não credenciadas à Rede, que regularmente manifestam-se por meio dos veículos de comunicação da Unesp interessadas em associar-se. Não muito diferente, as IES pertencentes à rede tem recebido uma quantidade

significativa de contatos de pessoas interessadas em participar do processo seletivo, previsto para ser realizado de agosto a setembro de 2020.

Estes fatos reforçam a importância do programa para o País e para a elevada demanda de formação de professores com a perspectiva de construção de uma escola inclusiva.

Defendemos uma proposta de formação que vá além da garantia do acesso aos PAEE e da acessibilidade pedagógica, mas que se pauta em um conceito mais amplo de inclusão pedagógica (RIOS, 2018) em ambientes de aprendizagem, ao contemplar outros aspectos que vão além da acessibilidade, como o desenho do ambiente escolar, o seu processo de construção, a concepção pedagógica, os recursos de tecnologia assistiva, o material didático, a abordagem metodológica escolhida, a atitude docente frente as diferenças, a mediação e a avaliação. Todos esses aspectos juntos precisam estar em consonância com os aspectos atitudinais de educadores e estudantes em uma perspectiva inclusiva, que implica fundamentalmente na valorização das diferenças, conceito fundamental da inclusão.

Por isso, a criação e a garantia de ambientes inclusivos se fazem necessárias como uma concepção inovadora de Universidade, algo que deve fazer parte da política institucional e que vai ao encontro do que orienta a *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (HUERTAS et al., 2018). Com isso, entendemos que o PROFEI contribuirá para o fortalecimento de políticas de inclusão na educação em diversos âmbitos da sociedade, procurando atender a uma política nacional cuja inclusão deve se apresentar como uma meta de excelência na educação.

Espera-se com o PROFEI, além de se considerar seu foco na reflexão dos profissionais da escola, impregnar ao programa um papel importante de articulação acadêmica, considerando o estabelecimento de parcerias com os municípios e estados da federação em um trabalho de diagnóstico de demandas e de auxílio aos programas locais de educação e de inclusão. Além do ganho institucional, os mestrados também serão beneficiados pelo contato e interação com outras realidades locais, bem como, de atividades de pesquisa e extensão que poderão ampliar a participação das universidades da rede nos

municípios, tornando-os pesquisadores da sua própria prática, por meio da abordagem CCS.

Finalmente, a participação da Universidade Aberta de Portugal, como universidade colaboradora do programa, permitirá um significativo intercâmbio internacional de experiências que certamente enriquecerá a formação dos mestrandos e dos docentes que ampliarão a sua visão em termos de formação.

## Referências

- ABDIAN, G. Z.; OLIVEIRA, A. A. S. Educação para todos e gestão escolar: interfaces a partir da construção coletiva do Projeto Político-pedagógico. *In*: ORRÚ, S. E. (Org.). *Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva*. 1. ed. Brasília: WAK, 2013. p. 95-130.
- ALVES, M. M.; RIBEIRO, J.; SIMÕES, F. Universal Design for Learning (UDL): contributos para uma escola de todos. *Indagatio Didactica*, Aveiro, v. 5, n. 4, p. 121-146, 2013. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/4290/3224>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- AMBROSETTI, N. B.; CALIL, A. M. G. C. Contribuições do mestrado profissional em educação para a formação docente. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 85-104, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7526>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- ANDRÉ, M.; PRINCEPE, L. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 63, p. 103-117, 2017.
- BERSCH, R. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: ©Rita Bersch, 2017. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 19 ago. 2020.
- BERSCH, R. *Recursos Pedagógicos Acessíveis*. Tecnologia Assistiva (TA) e Processo de Avaliação nas escolas. Porto Alegre: ©Rita Bersch, 2013. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Recursos\\_Ped\\_Acessiveis\\_Avaliacao\\_ABR2013.pdf](https://www.assistiva.com.br/Recursos_Ped_Acessiveis_Avaliacao_ABR2013.pdf). Acesso em: 19 ago. 2020.
- BRANDÃO, M. A.; DECCAHE-MAIA, E.; BOMFIM, A. M. Os desafios da construção de um Mestrado Profissional: um panorama dos sete anos do Propec. *Revista Polyphonia*, Goiânia, v. 24, n. 2, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual*. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. *Tecnologia Assistiva*. Brasília: CORDE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. MEC/SEESP. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília: MEC/CAPE, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, dez. 1996.

CAMPOS, M. A. T.; GUÉRIOS, E. Mestrado Profissional em Educação: reflexões acerca de uma experiência de formação à luz da autonomia e da profissionalidade docente. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 63, p. 35-51, 2017.

DAMASCENO, L. L.; GALVÃO FILHO, T. A. As novas tecnologias como Tecnologia Assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na Educação Especial. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 2002, Porto Alegre. *Anais do III CIIEE*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DENARI, F. E. De classes especiais e atendimento educacional especializado: a elegibilidade de alunos como foco. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, Marília, v. 1, n.1, p. 45-52, 2014.

GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia Assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012. p. 65-92.

HUERTAS, E. et. al. *Considerations for quality assurance of e-learning provision*. Report from the ENQA Working Group VIII on quality assurance and e-learning. Ocasional papers 26. European Association for Quality Assurance in Higher Education. 2018. Disponível em: <https://enqa.eu/indirme/Considerations%20for%20QA%20of%20e-learning%20provision.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e217170.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MALHEIRO, C. A. L.; MENDES, E. G. *Sala de Recursos Multifuncionais: formação, organização e avaliação*. Jundiaí: Paco, 2017.

McGHIE-RICHMOND, D.; SUNG, A. N. Applying Universal Design for Learning to Instructional Lesson Planning. *International Journal of Whole Schooling*, Victoria-BC, v. 9, n. 1, p. 43-59, 2013. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1016798.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 987-405, 2006.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). *Inclusão Escolar e Educação Especial no Brasil: entre o instituído e o instituinte*. 1. ed. Marília: ABPEE, 2016.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MONTEIRO, M. I. B.; FREITAS, A. P.; CAMARGO, E. A. A. (Org.). *Relações de ensino na perspectiva inclusiva: alunos e professores no contexto escolar*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014.

NOGUEIRA, E. G. D.; NERES, C. C.; BRITO, V. M. Mestrado profissional em educação: a constituição do professor/pesquisador e o retorno para a escola. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 47, p. 63-75, 2016.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. *Da Investigação às Práticas*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/inp/v5n2/v5n2a08.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. A. S. *Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva*. São Paulo: Acervo Digital da Unesp, 2014. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155278/1/unesp-nead\\_reei1\\_d03\\_texto01.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155278/1/unesp-nead_reei1_d03_texto01.pdf). Acesso em: 19 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. A. S. O processo de inclusão no Brasil: políticas públicas para o educando com necessidades educacionais especiais. In: GENARO, K. F.; LAMONICA, D.A.C.; BEVILACQUA, M.C. (Org.). *O processo de comunicação: contribuição para a formação de professores para inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais*. São José dos Campos: Pulso, 2006. p. 255-276.

OLIVEIRA, A. A. S. Formas de organização escolar: desafios na construção de uma Escola Inclusiva. In: OMOTE, S. (Org.). *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe Publicações, 2004. p. 77-112.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F.; ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 35, 2017, p. 264-281.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e*

*práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Documento a partir da Conferência de Jomtien. Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

RIBEIRO, R. J. O Mestrado Profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v.2, n. 4, p. 8-15, 2005.

RIOS, G. A. *Inclusão pedagógica: conceituação a partir de uma experiência na educação superior a distância*. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

ROQUEJANI, T. C.; CAPELLINI, V. L. M. F.; FONSECA, K. A. O Desenho Universal para Aprendizagem em contextos inclusivos do ensino fundamental. *In: OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. Formação de Professores e Práticas Educacionais Inclusivas*. Curitiba: CRV, 2018. p. 59-80.

SCHLÜNZEN, E. T. M.; SANTOS, D. A. N. *Práticas pedagógicas do professor: abordagem construcionista, contextualizada e significativa para uma educação inclusiva*. Curitiba: Appris, 2016.

SCHLÜNZEN, E. T. M. *Abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa: Formação, Extensão e Pesquisa em uma Perspectiva Inclusiva*. 2015. 200 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SEVERINO, A. J. O Mestrado Profissional: mais um equívoco na política nacional de pós-graduação. *Revista de Educação*, Campinas, n. 21, p. 9-16, 2006.

SILVA, W. R. Formação sustentável do professor no mestrado profissional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 70, 2017.

## Notas de fim de página

<sup>1</sup> Como é de conhecimento público, conforme legislação nacional (BRASIL, 2008) são considerados PAEE os alunos com deficiência, com transtornos do espectro autista (TEA) e com altas habilidades/superdotação.

<sup>2</sup> São muitos os autores nacionais que vêm se dedicando ao estudo da implementação de uma educação inclusiva no Brasil, aqui citamos apenas alguns estudos que caracterizam esse

intenso movimento de acompanhar contextos educacionais e legislativos com base nos princípios inclusivistas.